



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma <b>LEI ORDINÁRIA Nº 4299/2003</b>		
Ementa <b>AUTORIZA A CONCESSÃO DE REMISSÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DISPÕE SOBRE A INCIDÊNCIA DE TRIBUTOS SOBRE OBRAS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, PREVISTOS NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO.</b>		
Data da Norma <b>18/02/2003</b>	Data de Publicação	Veículo de Publicação
Status de Vigência <b>Revogada</b>		
Histórico de Alterações		
<b>Data da Norma</b>	<b>Norma Relacionada</b>	<b>Efeito da Norma Relacionada</b>
16/03/2004	<a href="#">Lei Ordinária nº 4469/2004</a>	Alterada pela
16/11/2023	<a href="#">Lei Complementar nº 103/2023</a>	Revogada pela



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA**

### **LEI N.º 4.299 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2003**

***“Autoriza a concessão de remissão de crédito tributário e dispõe sobre a incidência de tributos sobre obras e serviços de construção civil, previstos no Código Tributário do Município.”***

**REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ**, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a remissão parcial de crédito tributário, relativo à Taxa de Licença para Execução de Obras Particulares a que se refere o artigo 152 e sua Tabela V da Lei 1284 de 20 de dezembro de 1973, e ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente sobre obras e serviços de construção civil de prédios residenciais, em favor de proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores de um único imóvel residencial localizado no município.

§ 1º A remissão parcial de crédito tributário de que trata este artigo abrangerá os tributos que tenham incidido sobre o imóvel residencial cuja área construída for igual ou inferior a 60 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados), e sobre a parte correspondente a 60 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados) quando o prédio residencial tiver uma área construída superior a esse limite.

§ 2º A remissão de crédito de que trata este artigo não beneficiará o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor de apartamento.

§ 3º A remissão de crédito tributário a que se refere este artigo abrange os exercícios de 1.998 a 2003.

~~§ 4º A remissão de crédito tributário a que se refere este artigo beneficiará exclusivamente os contribuintes que requererem o benefício fiscal até 31 de dezembro de 2003.~~

§ 4º A remissão de crédito tributário a que se refere este artigo beneficiará exclusivamente os contribuintes que requererem o benefício fiscal até 31 de dezembro de 2004. *(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 4.469, de 16/3/2004)*



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA**

**Art. 2º** O artigo 58 da Lei 1.284 de 20 de dezembro de 1973, que institui o Código Tributário do Município de Indaiatuba, fica acrescido do seguinte inciso:

“Art. 58.....

“VI - sobre a execução de obras residenciais cuja área construída for igual ou inferior a 60 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados), que não se tratem de apartamentos, e desde que o seu possuidor, proprietário ou titular do domínio útil possua um único imóvel no município .” (AC)

**Art. 3º** O artigo 152 da Lei 1.284 de 20 de dezembro de 1973, que institui o Código Tributário do Município de Indaiatuba, fica acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 152.....

“§ 6º A Taxa não incidirá sobre a execução de obras residenciais cuja área construída for igual ou inferior a 60 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados), que não se tratem de apartamentos, e desde que o seu possuidor, proprietário ou titular do domínio útil possua um único imóvel no município.” (AC)

**Art. 4º** Ficam dispensadas a apresentação de projeto de edificação pelo seu proprietário e a sua aprovação pela SEPLAN, para a construção de edificação residencial com até 60 m<sup>2</sup> de área construída, desde que o seu proprietário requeira expressamente o benefício legal, a qualquer tempo, e seja possuidor de um único imóvel de até 250 m<sup>2</sup> no município.

§ 1º O benefício previsto nesta lei será deferido apenas em favor:

- I - do proprietário que se comprometer a obedecer as normas legais de edificação na construção de sua casa própria, e,
- II - do proprietário que tiver construído sua residência com observância das normas legais de edificação.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a apartamentos residenciais e a imóveis não residenciais.

**Art. 5º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, aos 18 de fevereiro de 2003.

**REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

*Texto compilado pela Câmara Municipal de Indaiatuba, atualizado até a Lei nº 4.469, de 16/3/2004. Este texto não substitui o original publicado na Imprensa Oficial do Município.*



# Prefeitura Municipal de Indaiatuba

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI N.º 4.299 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2003

Aut. N.º 004/03
P.L. N.º 007/03
Publ.: 11.02.03

“Autoriza a concessão de remissão de crédito tributário e dispõe sobre a incidência de tributos sobre obras e serviços de construção civil, previstos no Código Tributário do Município.”

**REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ**, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a remissão parcial de crédito tributário, relativo à Taxa de Licença para Execução de Obras Particulares a que se refere o artigo 152 e sua Tabela V da Lei 1284 de 20 de dezembro de 1973, e ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente sobre obras e serviços de construção civil de prédios residenciais, em favor de proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores de um único imóvel residencial localizado no município.

§ 1º - A remissão parcial de crédito tributário de que trata este artigo abrangerá os tributos que tenham incidido sobre o imóvel residencial cuja área construída for igual ou inferior a 60 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados), e sobre a parte correspondente a 60 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados) quando o prédio residencial tiver uma área construída superior a esse limite.

§ 2º - A remissão de crédito de que trata este artigo não beneficiará o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor de apartamento.

§ 3º - A remissão de crédito tributário a que se refere este artigo abrange os exercícios de 1.998 a 2003.

§ 4º - A remissão de crédito tributário a que se refere este artigo beneficiará exclusivamente os contribuintes que requererem o benefício fiscal até 31 de dezembro de 2003.

112



# Prefeitura Municipal de Indaiatuba

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 2º - O artigo 58 da Lei 1.284 de 20 de dezembro de 1973, que institui o Código Tributário do Município de Indaiatuba, fica acrescido do seguinte inciso:

“Art. 58 - .....

“VI – sobre a execução de obras residenciais cuja área construída for igual ou inferior a 60 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados), que não se tratem de apartamentos, e desde que o seu possuidor, proprietário ou titular do domínio útil possua um único imóvel no município .” (AC)

Art. 3º - O artigo 152 da Lei 1.284 de 20 de dezembro de 1973, que institui o Código Tributário do Município de Indaiatuba, fica acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 152 - .....

“§ 6º - A Taxa não incidirá sobre a execução de obras residenciais cuja área construída for igual ou inferior a 60 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados), que não se tratem de apartamentos, e desde que o seu possuidor, proprietário ou titular do domínio útil possua um único imóvel no município .” (AC)

Art. 4º - Ficam dispensadas a apresentação de projeto de edificação pelo seu proprietário e a sua aprovação pela SEPLAN, para a construção de edificação residencial com até 60 m<sup>2</sup> de área construída, desde que o seu proprietário requeira expressamente o benefício legal, a qualquer tempo, e seja possuidor de um único imóvel de até 250 m<sup>2</sup> no município.

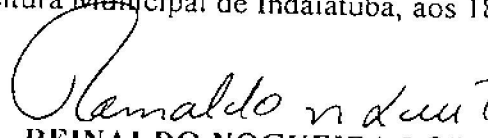
§ 1º - O benefício previsto nesta lei será deferido apenas em favor:

- I - do proprietário que se comprometer a obedecer as normas legais de edificação na construção de sua casa própria, e,
- II - do proprietário que tiver construído sua residência com observância das normas legais de edificação.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica a apartamentos residenciais e a imóveis não residenciais.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, aos 18 de fevereiro de 2003.

  
REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ  
PREFEITO MUNICIPAL